

# **MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

FCO  
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Brasília (DF) – 2016



# MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

FCO  
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do Exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU n.º 63/2010, da DN TCU n.º 146/2015, da Portaria TCU n.º 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU n.º 522/2015.



Lista de Siglas e Abreviações

ABC – Agricultura de Baixo Carbono

BB – Banco do Brasil S.A.

CASE - Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco

CDE – Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal

CGU – Controladoria Geral da União

CMN – Conselho Monetário Nacional

CONDEL/SUDECO – Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

CONVIR – Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural

DN– Decisão Normativa

DOU – Diário Oficial da União

EI – Empreendedores Individuais

FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

GPO – Gestão de Passivos

ILPF – Integração Lavoura-Pecuária-Floresta

LOA – Lei Orçamentária Anual

MF – Ministério da Fazenda

MGE – Médias e Grandes Empresas

MI – Ministério da Integração Nacional

MPE – Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas

OCI – Órgão de Controle Interno

PAPRA – Programa de Apoio à Política de Reforma Agrária

PDCO – Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PPA – Plano Plurianual



PROCERA - Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAF-RA – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Reforma Agrária

RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIG – Sistema de Informações Gerenciais

SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCU – Tribunal de Contas da União

UF – Unidade Federativa

UJ – Unidade Jurisdicionada

UPC – Unidade Prestadora de Contas

UO – Unidade Orçamentária

SFCI – Secretaria Federal de Controle Interno

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão



Lista de Quadros e Gráficos

<u>Quadros:</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Contratações por Programa de Financiamento e UF.....	18
Quadro 2 – Contratações por Porte e UF .....	19
Quadro 3 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente.....	25
Quadro 4 – Projetos do setor de turismo .....	29
Quadro 5 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços.....	35
Quadro 6 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde.....	35
Quadro 7 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais .....	36
Quadro 8 – Realização da previsão orçamentária .....	37
Quadro 9 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores .....	38
Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação .....	38
Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa .....	39
Quadro 12 – Indicadores e metas de gestão de desempenho .....	40
Quadro 13 – Demonstração de Resultado do exercício .....	46
Quadro 14 – Saldos por programa e UF.....	47
Quadro 15 – Saldos por porte e UF.....	48
Quadro 16 – Carteira por risco de crédito .....	48
Quadro 17 – Saldos vincendos e vencidos .....	49
Quadro 18 – Saldos vincendos e vencidos por Programas.....	49
Quadro 19 – Inadimplência por Risco (por parcelas) .....	50
Quadro 20 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício.....	52

Gráficos:

Gráfico 1 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio à agricultura familiar nos exercício de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil) .....	20
Gráfico 2 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio aos tomadores de menor porte nos exercícios de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil).....	20



Lista de Anexos

<u>Anexos:</u>	<u>Página</u>
Anexo 1 – Avaliação dos Controles Internos.....	54
Anexo 2 – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	55
Anexo 3 – Notas Explicativas Conciliatórias dos Regimes Adotados (Lei n.º 4.320/1964 e 6.404/1976).....	56



## Sumário

1	APRESENTAÇÃO.....	9
2	VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	11
2.1	Finalidade e Competência .....	11
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade .....	12
2.3	Organograma.....	13
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	14
3.1	Planejamento organizacional.....	14
3.1.1	Descrição sintética dos objetivos do exercício .....	16
3.1.1.1	Contratações do exercício .....	18
3.1.1.2	Atividades prioritárias .....	19
3.1.2	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos .....	36
3.2	Desempenho Orçamentário .....	36
3.2.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	37
3.2.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário .....	37
3.2.3	Restos a pagar de exercícios anteriores .....	37
3.2.4	Informações sobre a realização das receitas .....	38
3.2.5	Informações sobre a execução das despesas .....	38
3.3	Apresentação e análise de indicadores de desempenho .....	40
4	GOVERNANÇA .....	43
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	43
4.2	Gestão de riscos e controles internos .....	44
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	45
5.1	Canais de acesso ao cidadão.....	45
5.2	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	45
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	46
6.1	Desempenho financeiro no exercício .....	46
6.2	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	47
6.3	Evidenciação do <i>del-credere</i> das demonstrações contábeis.....	47
6.4	Notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/64 e 6.404/76) .....	47
6.5	Informações sobre as operações de financiamento .....	47
7	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	51



7.1	Gestão de pessoas.....	51
7.2	Gestão da tecnologia da informação .....	51
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	52
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	52
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	52





## 1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao Exercício de 2015, está estruturado de acordo com a Instrução Normativa TCU n.º 63, de 01.09.2010, da Decisão Normativa TCU n.º 146, de 30.09.2015, da Portaria TCU n.º 321, de 30.11.2015 e da Portaria CGU n.º 522, de 04.03.2015.

Seguindo a estrutura definida nestes normativos, o Relatório de Gestão apresenta, dentre outros assuntos, informações orçamentárias, gerenciais, operacionais, financeiras, contábeis e estratégicas, acerca da gestão dos recursos do Fundo.

O Relatório de Gestão do FCO do Exercício de 2015 destaca as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, por meio dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Como principais realizações do Exercício podemos destacar:

- a) a ação creditícia do FCO alcançou o montante de R\$ 5.274,5 milhões, o que corresponde a 87,5% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$ 6.027,3 milhões). O setor empresarial atingiu o total de R\$ 2.434,2 milhões (46,2% do total contratado) e o setor rural R\$ 2.840,3 milhões (53,8% do total contratado);
- b) no período em análise, 52.900 empreendimentos foram beneficiados com recursos do FCO, sendo 18.624 operações no setor empresarial (35,2% das operações contratadas) e 34.276 operações no setor rural (64,8% das operações contratadas);
- c) do total das operações contratadas no período, 13.549 (25,6%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com os governos federal e estaduais e com outros parceiros, buscam permanentemente incrementar o nível de contratação de operações, inclusive para novos beneficiários;
- d) as linhas de financiamento dos programas de apoio à agricultura familiar, foram o segmento que mais contrataram operações no período, 25.744 operações o equivalente a 48,7% das operações contratadas no período, enquanto as demais linhas de desenvolvimento rural foram as que demandaram mais recursos financeiros R\$ 1.885,1 milhões, o equivalente a 35,7% do total financiado no período;
- e) as contratações com o segmento de empreendimentos com os tomadores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações), foram responsáveis por 83,3% do total contratado no exercício (R\$ 4.395,0 milhões), bem acima do percentual previsto na Programação do FCO para 2015 de 51,0%;
- f) os 467 municípios integrantes da Região Centro-Oeste, contaram com financiamentos com recursos do FCO. Nesse ponto é importante salientar que a rede de atendimento do BB alcança todas as comunidades organizadas do centro-oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde estes podem apresentar as suas propostas de financiamento.

Como principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos no exercício, podemos destacar:



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

- a) os municípios prioritários integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia na PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, contrataram 32.304 operações de crédito (61,1% do total contratado) e foram responsáveis pelo montante de R\$ 2.703,7 milhões em recursos financiados (51,3% do total financiado), um pouco abaixo da meta esperada para o exercício de 57,0%;
- b) em relação a previsão de aplicação de recursos por UF, verifica-se que apenas o estado de GO ultrapassou o valor previsto para 2015, com meta de 30,8% atingiu 33,9%. Os demais estados, DF (meta de 15,0% atingiu 13,3%), MS (meta de 24,4% atingiu 23,5%) e MT (meta de 29,9% atingiu 29,3%), ficaram um pouco abaixo do esperado.



## 2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

### 2.1 Finalidade e Competência

Por meio da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal de 1988, foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste do Brasil, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento (PRD).

Conforme art. 13 da Lei 7.827/1989, a administração do FCO é exercida conjuntamente pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB), observadas as atribuições previstas na legislação.

Ao Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, cabe:

- a) estabelecer, anualmente, as diretrizes, prioridades e programas de financiamento do Fundo, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento;
- b) aprovar, anualmente, até o dia 15 de dezembro, os programas de financiamento do Fundo para o exercício seguinte, estabelecendo, entre outros parâmetros, os tetos de financiamento por mutuário;
- c) avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento das diretrizes estabelecidas e à adequação das atividades de financiamento às prioridades regionais; e
- d) encaminhar o programa de financiamento para o exercício seguinte, a que se refere o item b), juntamente com o resultado da apreciação e o parecer aprovado pelo Colegiado, à Comissão Mista permanente de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição Federal, para conhecimento e acompanhamento pelo Congresso Nacional.

O Ministério da Integração Nacional é responsável por:

- a) estabelecer as diretrizes e orientações gerais para aplicação dos recursos, de forma a compatibilizar os programas de financiamento com as orientações da política macroeconômica, das políticas setoriais e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR;
- b) repassar ao Banco do Brasil os recursos transferidos para o Fundo pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e
- c) estabelecer diretrizes para repasse de recursos do Fundo para aplicação por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ( Bacen).

O Banco do Brasil tem como atribuições:

- a) aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito de acordo com os programas aprovados pelo Condel/Sudeco;
- b) definir normas, procedimentos e condições operacionais próprias da atividade bancária, respeitadas, dentre outras, as diretrizes constantes do programa de financiamento aprovado pelo Condel/Sudeco;



- c) analisar as propostas em seus múltiplos aspectos, inclusive quanto à viabilidade econômica e financeira do empreendimento, mediante exame da correlação custo/benefício, e quanto à capacidade futura de reembolso do financiamento almejado, para, com base no resultado dessa análise, enquadrar as propostas nas faixas de encargos e deferir créditos;
- d) formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições credenciadas como agentes financeiros do Fundo;
- e) prestar contas sobre os resultados alcançados, desempenho e estado dos recursos e aplicações ao MI e ao Condrel/Sudeco; e
- f) exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos, à recuperação dos créditos e a renegociação de dívidas, de acordo com as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

No desenvolvimento das atribuições de administrador do Fundo, o BB exerce, entre outras, as seguintes atividades:

- a) controle financeiro, orçamentário e contábil do Fundo;
- b) prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) prestação de informações gerenciais ao Condrel/Sudeco, MI, e outros órgãos públicos federais e estaduais;
- d) elaboração da programação anual de aplicação dos recursos;
- e) elaboração semestral de relatórios de atividades e resultados obtidos;
- f) publicação do balanço semestral;
- g) normatização interna das diretrizes para aplicação dos recursos;
- h) elaboração de literatura para divulgação da programação ao público interno e externo;
- i) acompanhamento e manutenção das normas operacionais;
- j) elaboração e acompanhamento das cláusulas, instruções e metodologias financeiras;
- k) registro de repasses nas contas de recursos do Fundo;
- l) enquadramento das cartas-consultas às normas do Fundo;
- m) representação do Fundo junto a órgãos de desenvolvimento estadual;
- n) manter relacionamento com entidades representativas dos segmentos produtivos e dos trabalhadores;
- o) acolhimento e análise de cartas-consultas;
- p) análise da viabilidade técnica e econômica de projetos;
- q) estudo e deferimento das operações;
- r) formalização dos contratos;
- s) acompanhamento das operações;
- t) acompanhamento e controle de operações inadimplidas;
- u) negociação para recuperação de dívidas; e
- v) campanhas publicitárias para divulgação do Fundo e promoção de eventos ligados aos setores produtivos da Região.

## **2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade**

A Constituição Federal de 1988 em seu art. 159, inciso I, alínea “c”, determina que a União entregará, para aplicação em programas de financiamentos ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, três por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

A Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, regulamentou a previsão constitucional, e instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

### **2.3 Organograma**

As informações solicitadas no subitem não foram incluídas neste relatório, pois o Fundo não possui quadro próprio de servidores.



### **3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

#### **3.1 Planejamento organizacional**

Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento são os principais instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esses recursos são oriundos da arrecadação tributária da União, onde uma parcela é destacada para implementação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do país.

No cumprimento de seu dever institucional, o MI elaborou, em 2007, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, instrumento norteador das ações do MI na construção de alianças e parcerias com atores públicos e privados, com vistas à implementação de políticas, programas e projetos para o desenvolvimento sustentável da Região Centro Oeste.

O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), por força do Artigo 4º, inciso II da Lei Complementar n.º 129, de 08.01.2009, tem como objetivo orientar e organizar as iniciativas e ações dos governos e da sociedade, bem como preparar a região para os desafios do futuro. Neste sentido, o plano constitui referencial para negociação e implementação articulada de projetos de desenvolvimento, que envolve o governo federal, por meio de seus órgãos, ministérios, governos estaduais e diversos segmentos da sociedade centro-oestina.

Neste sentido, o Banco do Brasil elabora anualmente, até 30 de setembro, a proposta de aplicação dos recursos para o exercício seguinte, observando as diretrizes, orientações gerais e prioridades estabelecidas pelas instâncias competentes, conforme descrito a seguir:

- a) as diretrizes estabelecidas no Artigo 3º da Lei n.º 7.827/1989;
- b) as diretrizes e as orientações gerais estabelecidas pelo MI (Portaria n.º 298, de 14.08.2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 18.08.2014;
- c) as diretrizes e as prioridades estabelecidas pelo Condell/Sudeco (Resolução n.º 30, de 08.09.2014, publicada no DOU de 11.09.2014);
- d) a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- e) o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO); e
- f) as contribuições dos Conselhos de Desenvolvimento dos Estados e do Distrito Federal (CDE).

Para efeito de aplicação dos recursos do FCO para o Exercício de 2015, foram consideradas prioritárias as atividades, propostas pela Sudeco, com base nas sugestões das UFs, e aprovadas pelo Condell/Sudeco, conforme relacionadas a seguir:

- a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro, pequenas e pequeno-médias empresas, suas cooperativas e associações;
- b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária e/ou que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;



- c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas;
- d) projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada;
- e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos;
- f) projetos da indústria de alimentos;
- g) projetos dos setores comercial e de serviços, prioritariamente:
  - as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;
  - a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações etc.);
  - a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;
  - a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes;
  - o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização;
  - projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada;
  - projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
  - municípios da Faixa de Fronteira;
  - municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
  - municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
  - municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

Os financiamentos com recursos do Fundo estão segmentados por setores produtivos (Empresarial e Rural), sendo os recursos aplicados no âmbito dos seguintes programas e linhas de financiamentos:

**Programa de FCO Empresarial de Apoio aos Empreendedores Individuais (EI) e às Micro, Pequenas e Pequeno-Médias Empresas (MPE):**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MPE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MPE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MPE.

**Programa de FCO Empresarial para Médias e Grandes Empresas (MGE):**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial para MGE;
- Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica para MGE;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MGE;



- Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços para MGE; e
- Linha de Financiamento de Ciência, Tecnologia e Inovação para MGE.

**Programa de FCO Rural:**

- Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural;
- Linha de Financiamento à Agropecuária Irrigada;
- Linha de Financiamento de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural (Convir);
- Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC): Modalidade 1: Conservação da Natureza; e Modalidade 2: Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF);
- Linha de Financiamento de Retenção de Matrizes na Planície Pantaneira;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura;
- Linha de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Pesca; e
- Linha Especial de Financiamento para Adequação do Sistema de Produção Pecuário na Região de Fronteira.

**Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):**

- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e
- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Reforma Agrária (Planta Brasil).

**Programa de FCO para Repasse:**

- Programa de FCO Empresarial para Repasse; e
- Programa de FCO Rural para Repasse.

**3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

No Exercício de 2015, a ação creditícia do FCO esteve alinhada às diretrizes definidas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, aos objetivos da PNDR; às orientações e estratégias da política macroeconômica do Governo Federal e às prioridades estabelecidas pelo Condel/Sudeco. Assim, a aplicação dos recursos do Fundo em 2015 observou as seguintes diretrizes:

- a) concessão de financiamentos exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e mini produtores rurais e empreendedores individuais, pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matéria-prima e mão-de-obra locais, às que produzem alimentos básicos para consumo da população, bem como aos projetos de irrigação, quando pertencentes aos citados produtores, suas associações e cooperativas;
- c) preservação do meio ambiente;
- d) adoção de prazos e carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;
- e) conjugação do crédito com a assistência técnica, no caso de setores tecnologicamente carentes;
- f) uso criterioso dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por cliente, grupo empresarial ou grupo agropecuário, de forma a





- atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- g) apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
  - h) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido; e
  - i) divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento.

A integração do BB com o MI, Condrel/Sudeco, governos estaduais e do DF, dentre outros parceiros, tem sido de grande relevância e contribuído para a implantação de ações que objetivam a melhor divulgação do FCO em diversas reuniões e eventos, bem como para aplicação mais efetiva dos recursos do Fundo, aderente às diretrizes exaradas pelos administradores e órgãos de controle.

Destacamos a seguir algumas dessas ações realizadas nos estados no Exercício de 2015:

- realização de palestras junto as entidades de classe, federações, associações para disseminação de informações sobre as linhas de financiamento com recursos do FCO;
- prestação de atendimento especializado às demandas de propostas priorizadas pelos CDE;
- parcerias junto a Secretarias Econômica e de Turismo do DF com intuito de prospectar novas operações;
- desafios de originação/prospecção de operações de investimento junto a rede de agências;
- elevação do valor obrigatório para apresentação de carta consultas no DF para R\$ 1,0 milhão diminuindo o prazo de análise das propostas;
- parcerias junto a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de GO, Sebrae e entidades de classe;
- treinamento junto à rede visando melhor aproveitamento dos recursos, além do melhor direcionamento das linhas e programas do FCO;
- reuniões com empresas de consultoria e assistência técnica para disseminação de informações sobre as linhas do FCO;
- realização de palestras sobre as linhas de investimento em eventos voltados para o turismo regional em MT;
- divulgação pela assessoria de imprensa da Superintendência do BB em MT da disponibilidade de recursos na Linha de Desenvolvimento de Turismo Regional;
- participação do BB em reunião realizada no Comitê Regional das Instituições Financeiras (CRIFF); e
- participação do BB em reuniões realizadas no Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco (CASE).

Objetivando atender às diretrizes e prioridades previstas, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), em parceria com os governos estaduais e com a participação do BB, promoveu um ciclo de encontros para a divulgação das linhas de financiamento, com o intuito de contribuir para o fomento de atividades produtivas e o desenvolvimento regional.

Com esse objetivo em 2015, foram realizados 03 Workshops sobre Linhas de Financiamento para Empresas e Produtores Rurais da Região Centro-Oeste, realizados nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Destacamos ainda, a participação do BB nas reuniões do Comitê de Articulação das Secretarias de Estado da Área de Atuação da Sudeco (CASE), realizadas em 16.04.2015, em Cuiabá (MT) e



02.07.2015, em Campo Grande (MS), com a participação de representantes dos Governos dos quatro Estados da Região Centro-Oeste, representantes de Secretarias de Estado e de entidades de classe, associações e federações de comércio e indústria.

Essas ações, não esgotam a atuação do Banco do Brasil, no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O BB emprega na administração e aplicação dos recursos do Fundo, a mesma estrutura utilizada para condução de negócios com recursos próprios, de tal forma que todos os investimentos realizados pelo Banco em infraestrutura operacional, em capacitação de funcionários e em tecnologia da informação, são também refletidos na gestão do FCO.

Destaca-se que os processos, sistemas e metodologias de crédito do Banco estão em constante aperfeiçoamento, com permanente foco na solução de entraves que eventualmente dificultem a oferta e a contratação de crédito com recursos do FCO, sem perda de qualidade na sua concessão.

No ano de 2015, no cumprimento do seu papel de indutor do desenvolvimento da Região Centro-Oeste, o FCO realizou ações articuladas para alcançar os seus objetivos, cujos principais resultados destacamos adiante.

### 3.1.1.1 Contratações do exercício

O Quadro a seguir apresenta a distribuição das operações contratadas no período por Programa de Financiamento e UF:

Quadro 1 – Contratações por Programa de Financiamento e UF

(R\$ mil)

UF	DF		GO		MS		MT		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
<b>Programas</b>										
<b>Empresarial</b>	<b>4.691</b>	<b>504.849</b>	<b>5.033</b>	<b>868.297</b>	<b>4.313</b>	<b>466.917</b>	<b>4.587</b>	<b>594.141</b>	<b>18.624</b>	<b>2.434.205</b>
Industrial	436	54.110	1.821	366.364	1.160	101.710	1.055	189.623	4.472	711.806
Infraestrutura	7	3.222	85	49.101	8	1.776	12	6.177	112	60.275
Turismo	424	44.624	348	58.215	558	48.870	352	68.010	1.682	219.720
Comércio e Serviços	3.824	402.894	2.779	394.618	2.587	314.561	3.168	330.331	12.358	1.442.404
<b>Rural</b>	<b>1.237</b>	<b>198.050</b>	<b>13.743</b>	<b>920.476</b>	<b>7.768</b>	<b>770.472</b>	<b>11.528</b>	<b>951.295</b>	<b>34.276</b>	<b>2.840.293</b>
Pronaf Demais	372	12.373	10.202	333.069	4.474	135.266	9.622	453.754	24.670	934.462
Pronaf-RA	35	850	135	2.613	746	13.474	158	3.780	1.074	20.718
Demais Rurais	830	184.827	3.406	584.793	2.548	621.731	1.748	493.762	8.532	1.885.114
<b>Total Geral</b>	<b>5.928</b>	<b>702.899</b>	<b>18.776</b>	<b>1.788.773</b>	<b>12.081</b>	<b>1.237.389</b>	<b>16.115</b>	<b>1.545.437</b>	<b>52.900</b>	<b>5.274.498</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Em relação ao exercício de 2014, em 2015 houve crescimento de 37,5% na quantidade de operações contratadas de 38.474 para 52.900.

Esse crescimento observado, se deve em sua maioria as operações contratadas nas Linhas do Pronaf Demais que foram responsáveis pela contratação de 46,6% das operações no exercício (24.670), com destaque para os Estados de GO (10.202) e MT (9.622) que realizaram o maior número de contratações nesta Linha.

Em relação ao volume de recursos aplicados houve decréscimo de 7,6% em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 5.706,3 milhões em 2014 e R\$ 5.274,5 milhões em 2015).



Os empreendimentos do setor empresarial foram responsáveis pela contratação de 18.624 operações (35,2% das operações contratadas) e com volume total de R\$ 2.434,2 milhões (46,2% do valor financiado), um pouco abaixo do percentual previsto na Programação do FCO para 2015 de 47,2% .

Os empreendimentos do setor rural que foram responsáveis pela contratação de 34.276 operações (64,8% das operações contratadas) e com volume total de R\$ 2.840,3 milhões (53,8% do valor financiado) , superior ao valor previsto na Programação do FCO para 2015 de 52,9%.

As contratações no Exercício de 2015, por porte do beneficiário e UF estão representadas no Quadro a seguir:

Quadro 2 – Contratações por Porte e UF

(R\$ mil)

Porte	DF	GO	MS	MT	Total	(%)
Grande	8.578	282.780	77.043	108.506	476.907	9,0
Médio	64.002	120.997	127.565	90.009	402.573	7,6
<b>Subtotal</b>	<b>72.580</b>	<b>403.777</b>	<b>204.608</b>	<b>198.515</b>	<b>879.480</b>	<b>16,7</b>
Pequeno-médio	187.984	206.912	262.595	246.266	903.757	17,1
Pequeno	410.089	895.150	661.402	897.394	2.864.035	54,3
Mini/Micro	31.847	282.887	108.302	203.237	626.273	11,9
EI	399	46	483	25	953	-
<b>Subtotal</b>	<b>630.319</b>	<b>1.384.996</b>	<b>1.032.782</b>	<b>1.346.922</b>	<b>4.395.018</b>	<b>83,3</b>
<b>Total Geral</b>	<b>702.899</b>	<b>1.788.773</b>	<b>1.237.389</b>	<b>1.545.437</b>	<b>5.274.498</b>	<b>100,0</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Os tomadores de menor porte (pequeno-médio, pequeno, micro/mini, empreendedores individuais) contrataram R\$ 4.395,0 milhões (83,3%), enquanto os tomadores de maior porte (grande e médio) contrataram R\$ 879,5 milhões (16,7%).

Em relação ao exercício de 2014, em 2015 houve crescimento de 7,2% no volume contratado com os tomadores de menor porte

Verifica-se que em todas as UFs as contratações dos tomadores de menor porte superaram as de maior porte (89,7% no DF; 77,4% em GO; 83,5% em MS; e 87,2% em MT), o que contribuiu para o atingimento do percentual de 51,0% dos recursos previstos na Programação do FCO para 2015.

### 3.1.1.2 Atividades prioritárias

A seguir destacamos os resultados alcançados, no Exercício de 2015, no atendimento às atividades consideradas prioritárias:

**a) projetos de apoio à agricultura familiar (incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária), aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações:**

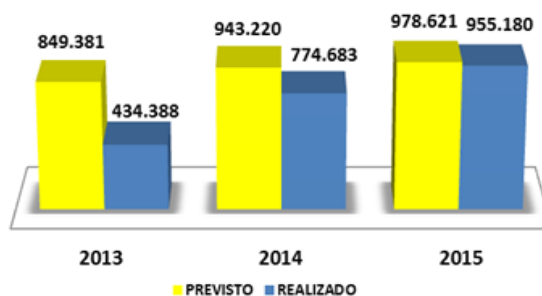
Foram financiados em 2015, 25.744 operações em apoio à agricultura familiar incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária (48,7% das operações contratadas), no valor de R\$ 955,2 milhões (18,1% dos financiamentos concedidos), representando 97,6% dos valores previstos para o segmento na Programação do FCO para 2015 (R\$ 978,6 milhões).



As contratações no âmbito do Pronaf proporcionaram a geração de aproximadamente 80 mil empregos diretos, sendo a Linha Pronaf Custeio a que mais contribui para esse resultado, pois teve o maior número de contratações (13.746 operações), atingindo o valor de R\$ 292,1 milhões (53,4% dos financiamentos realizados no Programa).

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das aplicações no Programa nos últimos três exercícios em comparação com os valores previstos na Programação do FCO.

Gráfico 1 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio à agricultura familiar nos exercícios de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil)



Fonte: Relatório de Gestão de 2013/2014, Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2015 e Programação do FCO para 2015

O bom desempenho das Linhas em apoio à agricultura familiar se deve à busca constante pela contratação de um maior número de operações com recursos do Fundo, bem como ao atendimento as prioridades de aplicação dos recursos do FCO.

No que se refere às contratações em projetos de apoio aos tomadores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais, empreendedores individuais e micro e pequenas empresas), estes atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões, representando 83,3% do valor total contratado no período (R\$ 5.274,5 milhões).

Em relação a quantidade de operações contratadas, os tomadores de menor porte registraram 52.309 operações, o que representa 98,9% da quantidade de operações contratadas no exercício de 2015 (52.900).

O gráfico a seguir demonstra o crescimento das aplicações em apoio aos tomadores de menor porte nos últimos três exercícios em comparação com os valores previstos na Programação do FCO.

Gráfico 2 – Comparativo dos valores previstos e realizados em apoio aos tomadores de menor porte nos exercícios de 2013/2014 e 2015 (R\$ mil)



Fonte: Relatório de Gestão de 2013/2014, Caderno de Informações Gerenciais de Dez/2015 e Programação do FCO para 2015



Ao analisar o desempenho das contratações com os tomadores de menor porte (quantidade de operações e volume aplicado), percebe-se que foram atendidas as diretrizes, orientações gerais e prioridades do Fundo, definidas na Lei n.º 7.827/1989, pelo MI e pelo Condel/Sudeco, no sentido de dar tratamento preferencial às atividades produtivas de pequeno-médios, pequenos e mini produtores rurais, aos empreendedores individuais, e as micro, pequenas e pequeno-médias empresas e atender a um universo maior de beneficiários.

Cabe ressaltar que diversas ações do Banco Administrador contribuíram para esse resultado, dentre as quais merece destaque a intensificação da divulgação do Fundo aos tomadores de menor porte, principalmente em municípios de economia estagnada ou dinâmica.

**b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que possibilitem a estruturação e o fortalecimento de cadeias produtivas, contribuindo para a dinamização dos mercados local e regional e a redução das desigualdades intra e inter-regionais:**

De acordo com os dados informados pelos proponentes dos projetos financiados com recursos do FCO, estima-se em 599,6 mil o número total de empregos gerados e/ou mantidos na região (227,7 mil diretos e 371,9 mil indiretos) no Exercício de 2015.

Se considerado o período de 1989, data de início dos financiamentos do FCO, até junho de 2015, estima-se que o número de empregos gerados e/ou mantidos no Centro-Oeste, em decorrência das aplicações com recursos do FCO, ultrapassa a 6.061,5 mil.

Apresentamos a seguir, exemplos de projetos que atendem à prioridade:

Agência Contratante: 3382

Nº da Operação: 40/01088

Valor da Operação: R\$ 722.684,24

Finalidade: Aquisição de softwares e manutenção de serviços (centrais telefônicas)

Município: Brasília (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: empregos diretos

Empregos gerados ou mantidos: antes do investimento 600 empregos diretos, após o investimento 1.150 empregos diretos

Agência Contratante: 5560

Nº da Operação: 40/00187

Valor da Operação: R\$ 1.902.558,26

Finalidade: construção de cinco galpões para a criação de aves, sistema de criação de matrizes produtoras, mão de obra para terraplanagem e construção de casa e composteira

Município: Formosa (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: fortalecimento da cadeia de

avicultura, arrecadação de impostos com reversão em benefícios sociais, geração de emprego e renda, redução do valor de comercialização do produto, via redução de custos e aumento da oferta de produtos



Empregos gerados ou mantidos: 60 empregos

Agência Contratante: 3388

Nº da Operação: 40/02168

Valor da Operação: R\$ 20.826.656,04

Finalidade: construção de novo centro de distribuição na Região Centro-Oeste por empresa de grande porte do ramo de ferragens

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Infraestrutura Econômica

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos na cadeia logística com desenvolvimento da região, incremento na prestação de serviços de manutenção de caminhões, comércio de peças, combustíveis, gerando renda e investimentos de cunho social

Empregos gerados ou mantidos: geração de 70 empregos diretos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, criação de alternativa para a melhoria da renda familiar, inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional e aumento na geração de riqueza regional.

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos.

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo





Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: redução de carga poluidora; diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, sendo substituído pelo biogás, redução nas emissões de carbono, promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3933

Nº da Operação: 40/01883

Valor da Operação: R\$ 328.478,37

Finalidade: Implantação de lavanderia

Município: Itaquiraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos e desenvolvimento econômico da região

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência Contratante: 0728

Nº de Operação: 40/005068

Valor da Operação: R\$ 2.556.271,33

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Amaurilândia (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos na região, pois exigirá mão de obra para o plantio e manutenção da floresta, assim como beneficiará as revendas de defensivos agrícolas, lojas de peças, revendedores de combustível e lubrificante, viveiros de mudas, enfim todos os envolvidos direta e indiretamente no empreendimento

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e inúmeros empregos indiretos dentro da cadeia de produção florestal

Agência Contratante: 4776



Nº da Operação: 40/00511

Valor da Operação: R\$ 7.606.329,43

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Selviria (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: diversificação da base produtiva do município com a produção de madeira para celulose e energia, estimulando outros setores da economia local, como a indústria de fertilizantes, insumos, construção civil e outros

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos diretos e 10 indiretos

Agência Contratante: 1881

Nº da Operação: 40/04989

Valor da Operação: R\$ 8.946.319,53

Finalidade: Construção de confinamento

Município: Rio Verde de Mato Grosso (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de recursos e empregos dentro da propriedade, fortalecimento da cadeia produtiva da produção de carne bovina e a movimentação da economia através da comercialização de insumos como medicamentos, adubos, suplementos minerais, etc.

Empregos gerados ou mantidos: 35 empregos diretos

Agência Contratante: 8628

Nº da Operação: 40/00753

Valor da Operação: R\$ 6.413.308,74

Finalidade: Melhoramento genético do rebanho bovino e reforma de pastagens

Município: Corumbá (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos, melhoria do bem estar social do homem do campo e sua família, fixando-os na área rural e utilização racional das pastagens com redução da emissão de carbono

Empregos gerados ou mantidos: 25 empregos diretos e 50 empregos indiretos

Agência Contratante: 3496

Nº da Operação: 40/02171

Valor da Operação: R\$ 8.677.392,00

Finalidade: Implantação de floresta de eucalipto

Município: Nova Andradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: Diversificação da base produtiva do município com a produção de madeira para celulose e energia, estimulando outros setores da economia local, como a indústria de fertilizantes, insumos, construção civil e outros

Empregos gerados ou mantidos: 28 empregos diretos e 53 empregos indiretos

Agência Contratante: 1320

Nº da Operação: 40/02802

Valor da Operação: R\$ 1.175.514,00





Finalidade: Construção Civil (aquisição de móveis e utensílios)

Município: Brasnorte (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: por tratar-se de um empreendimento no setor de comércio, esta operação representou uma quantidade considerável de empregos gerados, em um município que tem carência em empregos formais

Empregos gerados ou mantidos: 73 empregos

Agência Contratante : 1317

Nº da Operação: 40/05154

Valor da Operação: R\$ 2.000.000,00

Finalidade: Construção Civil

Município: São Felix do Araguaia (MT)

Programa utilizado: Linha de Financiamento do Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: construção de uma filial, cuja matriz é uma empresa de grande porte do setor de comércio de máquinas agrícolas. Além da geração de empregos diretos, a construção da loja empregou elevada quantidade de trabalhadores, gerando diversos empregos indiretos

Empregos gerados ou mantidos: 15 empregos

**c) projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas:**

A Linha de Financiamento para a Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agropecuária (Programa ABC) tem como objetivo incentivar os projetos voltados à conservação e à proteção do meio ambiente, à recuperação de áreas degradadas ou alteradas e ao desenvolvimento de atividades sustentáveis.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação de recursos do FCO no exercício, para o financiamento de projetos de conservação e proteção do meio ambiente, recuperação de áreas degradadas ou alteradas, recuperação de vegetação nativa e desenvolvimento de atividades sustentáveis é de, no mínimo, 5% dos recursos previstos no exercício (R\$ 301,4 milhões).

Na modalidade Conservação da Natureza foram contratadas 54 operações, no montante de R\$ 47,6 milhões, e na modalidade Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) foram contratadas 5 operações, no valor de R\$ 8,0 milhões, num total de R\$ 55,6 milhões aplicados o que corresponde a 18,4% do valor previsto para o Exercício de 2015 na Programação do FCO para 2015.

Quadro 3 – Projetos voltados à preservação e recuperação do meio ambiente  
(R\$ mil)

UF	Conservação da Natureza		ILPF		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
DF	12	2.927	-	-	12	2927
GO	5	925	1	1.950	6	2.875
MS	22	26.777	2	3.501	24	30.278



MT	15	16.942	2	2.560	17	19.502
Total	54	47.570	5	8.011	59	55.581

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes da implantação de empreendimentos sustentáveis.

**d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada:**

Um dos grandes desafios para qualquer atividade no segmento rural ou empresarial é manter-se competitiva num mercado de grande concorrência. É necessário otimizar a capacidade operacional, racionalizar os custos e ganhar escala de produção. Dentre as alternativas para o desenvolvimento de tais vantagens competitivas e sustentação de desempenho superior encontra-se o uso de tecnologias inovadoras.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência Contratante: 4885

Nº da Operação: 40/00136

Valor da Operação: R\$ 750.000,00

Finalidade: Aquisição de pulverizador agrícola

Município: Planaltina (DF)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: adoção de novas tecnologias para o desenvolvimento de lavouras, redução da exposição dos trabalhadores a agentes químicos com dano à saúde, melhoria da eficiência no controle de pragas e redução de custos de produção

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 17/45934

Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00

Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia

Município: Ipameri (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região, geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja

Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06



Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, criação de alternativa para a melhoria da renda familiar, inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional e aumento na geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01248

Valor da Operação: R\$ 5.040.000,00

Finalidade: Implantação de ERP – Software de Gestão Corporativa – SAP ECC 6.0, em substituição do atual TOTVS, tendo em vista o crescimento sustentável vertiginoso da empresa e a necessidade de utilização de novas tecnologias capaz de garantir a integridade dos processos e a perenidade do negócio no longo prazo

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01251

Valor da Operação: R\$ 7.087.653,24

Finalidade: Implantação de um novo sistema de tratamento de efluentes, tendo em vista o crescimento sustentável da empresa, fato que requer cada vez mais a utilização de novas tecnologias capazes de garantir a sustentabilidade do negócio, bem como atender e cumprir as severas normas exigidas pelos órgãos reguladores do meio ambiente.

Município: Bela Vista de Goiás (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: redução de carga poluidora; diminuição de uso de biomassa vegetal (madeira) na caldeira, sendo substituído pelo biogás, redução nas emissões de carbono, promoção do uso de novas tecnologias, aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, geração de novos empregos diretos e indiretos e aumento da geração de riqueza regional

Empregos gerados ou mantidos: geração de 250 novos empregos diretos.

Agência Contratante: 3938

Nº da Operação: 40/01598

Valor da Operação: R\$ 799.999,84

Finalidade: Modernização da propriedade

Município: Tacuru (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: diminuir custos com destoca de pastagem com a utilização de máquina própria, renovação da frota de máquinas, incremento na



receita, incremento na produtividade, incremento na taxa de lotação das pastagens, retorno econômico com baixo risco, geração de emprego e renda, aumento da arrecadação tributária e contribui com a preservação das florestas nativas e ecossistemas remanescentes

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e 8 empregos indiretos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16517

Valor da Operação: R\$ 519.409,57

Finalidade: Reforma de pastagens

Município: Porto Murtinho(MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a reforma de pastagens é uma das tecnologias agropecuárias de maior eficácia para controlar a degradação do solo e minimizar a emissão de gases de efeito estufa, proporcionando impactos positivos em atributos químicos, físicos e biológicos do solo. Do ponto de vista econômico, a recuperação ou renovação de pastagens seguidas de correto manejo geral ganhos econômicos para o pecuarista, que pode ter uma maior rotatividade de animais

Empregos gerados ou mantidos: 3 empregos diretos e 8 empregos indiretos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05681

Valor da Operação: R\$ 521.550,00

Finalidade: Aquisição de novilho precoce

Município: Nova Andradina MS

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: benefício ao meio ambiente, com a adoção de melhores tecnologias e aproveitamento de pastagens ociosas na propriedade, melhorando a produtividade e gerando emprego e renda

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e 20 empregos indiretos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05201

Valor da Operação: R\$ 565.250,00

Finalidade: Modernização do parque de máquinas

Município: Batayporã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: evitar desperdício de defensivos agrícolas, redução da possibilidade de acidentes de trabalho, geração de emprego na região, beneficiando revendas de defensivos, lojas de peças e equipamentos e mão de obra especializada

Empregos gerados ou mantidos: 4 empregos diretos e qualificação dos empregados existentes

Agência Contratante: 0903

Nº da Operação: 40/06643

Valor da Operação: R\$ 1.900.000,00

Finalidade: Modernização do parque de máquinas

Município: Naviraí (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural



Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a execução do projeto promoverá maior agilidade e eficiência na colheita das lavouras, evitando desperdício de grãos e assim maximizando a rentabilidade do produtor, repercutindo na renda arrecadada pelo município e região  
Empregos gerados ou mantidos: 2 empregos diretos e 10 empregos indiretos

Agência Contratante: 0903

Nº da Operação: 40/06392

Valor da Operação: R\$ 612.228,80

Finalidade: Modernização de aviário

Município: Juti (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: o produtor pretende modernizar o seu aviário para que possa atender as exigências do mercado, aumentando a rapidez de distribuição de ração e água, tendo menor contato com as aves e conseqüentemente aumentando a produção de aves.

Empregos gerados ou mantidos: manutenção dos empregos existentes

Agência Contratante:1997

Nº da Operação: 40/00529

Valor da Operação: R\$ 807.716,00

Finalidade: Modernização da propriedade

Município: Corumba (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Rural

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: proporcionar maior capacidade de suporte e melhoria da qualidade das pastagens. Paralelamente serão feitas divisões de invernadas assim como melhoria da disponibilidade de água aos bovinos. O uso de tecnologias preconizadas seguirá orientações da Embrapa, a fim de melhorar os índices zootécnicos, gerando produtividade ao empreendimento.

Empregos gerados ou mantidos: 10 empregos diretos e 6 indiretos

**e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos em pólos turísticos:**

O BB participa ativamente dos Fóruns Estaduais de Turismo realizados no Centro-Oeste e mantém presença constante nos eventos desse segmento, divulgando as Linhas de Financiamento de Desenvolvimento do Turismo Regional para MPE e MGE, visando incrementar o volume de negócios no segmento.

No Exercício de 2015 foram contratados R\$ 219,7 milhões no âmbito dessa linha de financiamento, por meio de 1.682 operações.

Quadro 4 – Projetos do setor de turismo

	(R\$ mil)				
Contratações	DF	GO	MS	MT	Total
Quantidade	424	348	558	352	1.682
%	25,2%	20,7%	33,2%	20,9%	100,0%
Valor	44.624	58.215	48.870	68.010	219.720
%	20,3%	26,5%	22,2%	31,0%	100,0%

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB



Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência Contratante: 0311

Nº da Operação: 40/07034

Valor da Operação: R\$ 388.368,24

Finalidade: ampliação e modernização de empreendimento da rede hoteleira do município

Município: Catalão (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da capacidade e melhoria das condições para hospedagem no município, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 4 novos empregos

Agência Contratante: 0642

Nº da Operação: 40/02662

Valor da Operação: R\$ 395.000,00

Finalidade: construção de empreendimento visando o atendimento à demanda da população local e visitantes no ramo de alimentação e entretenimento

Município: Jaraguá (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento do consumo de mercadorias produzidas na região para abastecimento do restaurante, opção de entretenimento aos residentes e visitantes do município, geração de empregos, incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 3607

Nº da Operação: 40/00229

Valor da Operação: R\$ 400.000,00

Finalidade: ampliação e modernização de espaço de buffet

Município: Goiânia (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: aumento da utilização de mão-de-obra e consumo de matérias-primas produzidas na região, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 3684

Nº da Operação: 40/01511

Valor da Operação: R\$ 550.000,00

Finalidade: implantação de empreendimento do setor hoteleiro

Município: Nerópolis (GO)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: oferta de serviços e produtos modernos e de qualidade a preço acessível para residentes e visitantes, geração de empregos e incremento na arrecadação de tributos

Empregos gerados ou mantidos: 10 novos empregos

Agência Contratante: 0728

Nº da Operação: 40/05426





Valor da Operação: R\$ 1.801.644,88

Finalidade: Implantação de Hotel

Município: Nova Andradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de empregos diretos e indiretos; elevação do nível de atividade econômica do município, e elevação dos tributos recolhidos

Empregos gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência Contratante: 2188

Nº da Operação: 40/04044

Valor da Operação: R\$ 795.000,00

Finalidade: Implantação de Hotel

Município: Ivinhema (MS)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: elevação do nível de atividade econômica do município e elevação dos tributos recolhidos

Empregos gerados ou mantidos: 8 novos empregos

Agência Contratante: 3931

Nº da Operação: 40/02836

Valor da Operação: R\$ 680.000,00

Finalidade: Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos

Município: Matupá (MT)

Programa utilizado: Linha de Desenvolvimento do Turismo Regional

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: manutenção e geração de novos empregos no setor turístico da cidade e manutenção da competitividade do hotel frente a concorrência por meio da modernização

Empregos gerados ou mantidos: 46 novos empregos

#### **f) projetos da indústria de alimentos;**

Além da Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização, adequação ambiental e sanitária ou realocação de empreendimentos industriais e agroindustriais, capital de giro associado e aquisição de insumos e matéria-prima, cabe destacar os projetos abrangidos pela Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir), que tem como objetivo estimular a parceria entre produtores e unidades integradoras, de forma a garantir a comercialização da produção oriunda dos empreendimentos integrados financiados pelo FCO, e que tem contribuído muito para apoio e expansão da indústria de alimentos no centro-oeste.

Destacamos, a seguir, exemplos de investimentos financiados que atendem a essa prioridade:

Agência Contratante: 2912

Nº da Operação: 40/01011

Valor da Operação: R\$ 1.000.000,00

Finalidade: construção civil, aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação de panificadora

Município: Brasília (DF)



Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial  
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de emprego, aumento da renda e aumento na produção de alimentos  
Empregos gerados ou mantidos: 5 novos empregos

Agência Contratante: 2146  
Nº da Operação: 40/04505  
Valor da Operação: R\$ 3.253.873,99  
Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos  
Município: Itaberaí (GO)  
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)  
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos  
Empregos gerados ou mantidos: 7 novos empregos

Agência Contratante: 2146  
Nº da Operação: 40/04484  
Valor da Operação: R\$ 2.460.706,48  
Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos  
Município: Itaberaí (GO)  
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)  
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos  
Empregos gerados ou mantidos: 6 novos empregos

Agência Contratante: 2146  
Nº da Operação: 40/04491  
Valor da Operação: R\$ 1.646.031,99  
Finalidade: construção de aviários, aquisição de máquinas e outros implementos  
Município: Itaberaí (GO)  
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)  
Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: a construção do aviário proporcionará para a região geração de novos empregos, aumento na produção de alimentos e aumento significativo na arrecadação de impostos  
Empregos gerados ou mantidos: 3 novos empregos

Agência Contratante: 3307  
Nº da Operação: 17/45934  
Valor da Operação: R\$ 20.930.000,00  
Finalidade: Implantação de unidade de esmagamento de soja com capacidade de 1.500 toneladas/dia  
Município: Ipameri (GO)  
Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial





Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: geração de novas empresas e renda no campo e na cidade, diversificação dos negócios locais, aumento da atividade comercial local; aumento da arrecadação de impostos gerando melhores serviços à sociedade, diversificação da produção industrial local e consolidação da cadeia produtiva da soja  
Empregos gerados ou mantidos: gerados 50 novos empregos

Agência Contratante: 3307

Nº da Operação: 40/01247

Valor da Operação: R\$ 12.994.802,06

Finalidade: Financiar a aquisição de nova caldeira geradora de vapor, picador de lenha, construção de câmara fria de estocagem e aquisição de conjunto de incubadoras e nascedouros para o incubatório

Município: Itaberaí (GO)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento Industrial

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: promoção do uso de novas tecnologias; criação de alternativa para a melhoria da renda familiar; inclusão de pequenos produtores rurais e de trabalhadores rurais no processo produtivo da agroindústria nacional, aumento na geração de riqueza regional e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: gerados 435 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16343

Valor da Operação: R\$ 5.589.488,00

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Laguna Carapã (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria e aumento na produção de alimentos

Empregos gerados ou mantidos: 20 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16587

Valor da Operação: R\$ 1.582.149,39

Finalidade: implantação de avicultura

Município: Dourados (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos gerados ou mantidos: 80 novos empregos

Agência Contratante: 3426

Nº da Operação: 40/16322

Valor da Operação: R\$ 3.303.234,70



Finalidade: implantação de avicultura

Município: Douradina (MS)

Programa utilizado: Linha de Financiamento de Desenvolvimento do Sistema de Integração Rural (Convir)

Benefícios sociais e econômicos a serem gerados para a região: implantação de sistema de integração da avicultura promove o desenvolvimento do município e da região pela agregação de valor aos produtos soja e milho, fixação do homem no campo, diversificação da atividade rural e viabilização da agroindústria

Empregos Gerados: 10 novos empregos

### **g) projetos dos setores comercial e de serviços;**

Como todas as atividades econômicas no país, os setores comercial e de serviços vem passando por intenso processo de modernização, buscando gerar empregos e ofertar mercadorias de qualidade a preços competitivos.

Atento a esta realidade, o Fundo oferta recursos através da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços, que tem como finalidade financiar todos os bens e serviços necessários à implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores comercial e de serviços, capital de giro associado, aquisição de insumos e formação de estoques para vendas.

O objetivo é fomentar, estruturar e acompanhar o desenvolvimento de projetos relativos a este setor, em especial a projetos voltados as atividades a seguir:

as atividades comerciais e de serviços voltadas para o adensamento, a complementaridade e a consolidação da cadeia agroalimentar e dos pólos agroindustriais;  
a distribuição de insumos e bens de capital essenciais ao desenvolvimento agroindustrial (corretivos, fertilizantes, máquinas, equipamentos agrícolas, rações);  
a instalação, ampliação e modernização de empreendimentos médicos/hospitalares;  
a instalação, ampliação e modernização de estabelecimentos de ensino e de prática de esportes; e  
o atendimento a empreendimentos comerciais e de serviços deficientes tecnologicamente e que necessitem de modernização.

Segundo a Nota 2 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores comercial e de serviços fica limitada a 30% dos recursos previstos para o exercício, obedecidos os seguintes critérios: para cada UF, 25% de sua própria previsão orçamentária e, adicionalmente, para o DF, 5% dos recursos previstos para a região.

No Exercício de 2015, as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços totalizaram R\$ 1.442,4 milhões, correspondentes a 44,4% dos recursos previstos para o exercício (R\$ 1.772,8 milhões).



Quadro 5 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos para o exercício	(a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Contratado no Exercício de 2015	(b)	402.894	394.618	314.561	330.331	1.442.404
% de Atingimento	(b/a)	68,6	90,3	101,1	75,6	81,4

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2015 atualizada em 03.11.2015

De acordo com as observações da Nota 2 do Item “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2015, a assistência aos setores de serviços de saúde será no mínimo de 20% dos recursos previstos em cada UF para os setores comercial e de serviços.

A seguir estão demonstradas as aplicações da Linha de Financiamento de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviços de saúde, realizadas no Exercício de 2015.

Quadro 6 - Contratações na Linha Comercial e de Serviços em assistência ao setor de serviço de saúde

		(R\$ mil)				
		DF	GO	MS	MT	Região
Recursos previstos com. e serv. no exercício	(a)	587.666	436.982	311.194	436.982	1.772.825
Limite para assist. serviços de saúde no exercício	(b)	117.533	87.396	62.239	87.396	354.565
Contratado no Exercício de 2015	(c)	175.714	242.243	117.805	239.030	774.792
% de Atingimento	(c/b)	149,5	277,2	189,3	273,5	218,5

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB e Programação do FCO para 2015 e Informações da Diretoria Soluções de Atacado

#### h) projetos que contribuam para o desenvolvimento da agropecuária irrigada:

A linha de financiamento à agropecuária irrigada tem como objetivo desenvolver a agropecuária irrigada no centro-oeste, financiando a irrigação e a drenagem agrícolas de forma a garantir produção nos períodos de safra e entressafra, obtenção de produtos de qualidade, comercialização oportuna e sustentabilidade ambiental dos empreendimentos financiados pelo Fundo.

De acordo com a Nota 8 do Quadro “Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte” do Título II – Programação Orçamentária, da Programação do FCO para 2015, a estimativa de aplicação dos recursos o FCO, no Exercício de 2015, para o financiamento de projetos de irrigação é de no mínimo 2% dos recursos previstos no exercício (R\$ 120,5 milhões).

No Exercício de 2015 foram contratadas 7 operações no valor de R\$ 3,5 milhões, que equivale a 2,9% das estimativas de aplicações dos recursos nesse segmento para o Exercício de 2015.

Cabe ressaltar que o Banco tem fortalecido as parcerias com entidades ligadas ao agronegócio, como empresas de assistência técnica, órgãos de pesquisa e entidades de classe, visando sensibilizar os produtores rurais quanto aos aspectos relevantes do desenvolvimento da agropecuária irrigada a fim de dinamizar as contratações em atendimento à prioridade.

**i) projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a PNDR:**

- municípios da Faixa de Fronteira;
- municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
- municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e
- municípios das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de renda estagnada e dinâmica, a exemplo dos municípios do Nordeste Goiano.

O Quadro a seguir apresenta as quantidades e os volumes contratados em atendimento a essas prioridades no Exercício de 2015:

Quadro 7 – Projetos que contribuem para a redução das desigualdades regionais  
R\$ milhões

Área	Qtde	Valor Realizado	Valor Previsto	% dos recursos previstos
Municípios da Faixa de Fronteira	10.350	R\$ 968,7	R\$ 1.169,3	82,8
Municípios da Mesorregião de Águas Emendadas	6.248	R\$ 597,5	R\$ 512,3	116,6
Municípios de economia estagnada ou dinâmica	32.304	R\$ 2.703,7	R\$ 3.435,6	78,7
Municípios Goianos integrantes da Ride	5.928	R\$ 236,6	R\$ 174,8	135,4

Posição: 31.12.2015

Fonte: SIGFCO – Sistema do BB

**3.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Embora o Fundo não tenha nenhum programa, objetivo ou ação sob sua responsabilidade no PPA 2012-2015, o planejamento das ações da unidade está inserido no contexto dos programas e objetivos de responsabilidade do MI, como podemos verificar no Programa 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, Objetivo 0790 – Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável, com Meta para 2012-2015 de aplicar 100% dos recursos programados no exercício e comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projeto de interesse do desenvolvimento regional.

**3.2 Desempenho Orçamentário**

Os recursos do FCO são provenientes das seguintes fontes, conforme o art. 6º da Lei n.º 7.827, de 1989:

- a) 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI);
- b) retornos e resultados das aplicações;
- c) resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculada com base em indexador oficial;



- d) contribuições, doações, financiamentos e recursos de outras origens, concedidos por entidades de direito público ou privado, nacionais e/ou estrangeiras; e
- e) dotações orçamentárias ou outros recursos previstos em lei.

Para o execução orçamentária do exercício foi previsto o montante de R\$ 6.027,3 milhões. Ao final do Exercício de 2015, foram aplicados o total de R\$ 5.561,8 milhões, que corresponde a 92,3% do total de recursos previstos para o exercício, conforme Quadro a seguir:

Quadro 8 – Realização da previsão orçamentária

Origem	(R\$ milhões)		
	Previsto Exercício 2015	Realizado Exercício 2015	(%)
Repasses do Tesouro Nacional	2.301.615	2.131.594	92,6
Retorno de Financiamentos	3.868.812	3.701.350	95,7
Resultado Operacional	164.970	-79.233	-48,0
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	255.003	255.003	100,0
Recursos comprometidos a liberar de operações contratadas em exercícios anteriores	-563.058	-446.908	79,4
<b>Total</b>	<b>6.027.342</b>	<b>5.561.807</b>	<b>92,3</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Programação do FCO para 2015

A diferença no item Resultado Operacional decorre da metodologia utilizada para apuração do valor realizado historicamente, a qual não está plenamente compatível com a forma de apuração do valor orçado. A situação foi objeto de recomendação da CGU e será ajustada para o exercício de 2016.

### 3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Não se aplica à realidade da UPC, considerando que a unidade não possui ações na Lei Orçamentária Anual (LOA) vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA.

### 3.2.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não se aplica à realidade da UPC, considerando que não houve fatores intervenientes no desempenho orçamentário.

### 3.2.3 Restos a pagar de exercícios anteriores

O Quadro a seguir demonstra os restos a pagar inscritos em exercício anteriores, que estavam vigentes em 1º de janeiro de 2015.



Quadro 9 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	103.081.512,24	103.077.786,72	3.725,52	0,00

Fonte: SIAFI 2015

O montante dos valores inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores refere-se à parcela de recursos provenientes da arrecadação de impostos do terceiro decêndio de dezembro/2014 que foram repassadas ao Fundo no primeiro decêndio de janeiro/2015.

Os valores inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores foram totalmente pagos no Exercício de 2015, não causam nenhum tipo de impacto financeiro no Fundo.

### 3.2.4 Informações sobre a realização das receitas

De acordo com os registros no SIAFI, no exercício de 2015 ingressaram como receitas do FCO o montante de R\$ 2.131,6 milhões, com realização de 94,8% das receitas estimadas na LOA para 2015 (R\$ 2.249,2 milhões).

### 3.2.5 Informações sobre a execução das despesas

Em relação à execução da despesa na perspectiva das modalidades de contratação apresentadas no Quadro a seguir, foram excluídas as linhas relacionadas às modalidades de contratação 1- Modalidade de Licitação, 2-Contratações Diretas, 3-Regime de Execução Especial, 4-Pagamento de Pessoal, por não se aplicarem ao contexto do FCO:

Quadro 10 – Despesas por Modalidade de Contratação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
<b>Outros</b>	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	2.028.516.310,62	1.912.956.358,57
<b>Total</b>	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	2.028.516.310,62	1.912.956.358,57

Fonte: SIAFI 2014 e 2015 e SIOP



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Em relação à execução da despesa, de acordo com a classificação nos grupos e elementos de despesas, apresentados no Quadro a seguir, foram excluídas, além das Despesas Correntes, as linhas relativas aos Grupos de Despesa 4-Investimento e 6-Amortização da Dívida, das Despesas de Capital, pois não se aplicam ao FCO, cujos recursos são enquadrados no Grupo 5-Inversões Financeiras.

Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupo de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>5. Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	2.103.776.970,17	2.016.037.870,81	75.260.659,55	103.081.512,24	2.028.516.310,62	1.912.956.358,57

Fonte: SIAFI 2014 e 2015 e SIOP

Não houve alterações significativas na Programação Orçamentária da UPC no Exercício de 2015, considerando que as despesas empenhadas refere-se a estimativa de repasses do Tesouro Nacional para o Fundo, sem interveniência do FCO.

A relação despesa paga/despesa liquidada foi de 94,9% em 2014 e de 96,4% em 2015, em função dos empenhos do FCO serem realizados pela totalidade do orçamento estimado para cada exercício, sendo considerado como valores pagos os valores efetivamente arrecadados durante o período. Ao final de cada exercício, quando for o caso, são feitos os necessários ajustes nos valores empenhados, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em função da arrecadação real verificada, ficando em aberto os valores de Restos a Pagar não Processados que referem-se ao Repasse da arrecadação do 3º decêndio do mês de dezembro.



### 3.3 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Para avaliação dos resultados e impactos do FCO, o Banco do Brasil utiliza indicadores e metas de gestão de desempenho do FCO, conforme descrito a seguir.

Quadro 12 – Indicadores e metas de gestão de desempenho

Indicador	Índice Previsto	Índice Observado Exercício 2015	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	
Índice de Aplicação	90,0%	87,8%	mensal	$IA = VCT/VDE$ , onde VCT = valor contratado total e VDE = valor distribuído no exercício	
Índice de Contratações com Menor Porte	51,0%	83,3%	mensal	$ICMP = VCMP/VCT$ , onde VCMP = valor contratado com tomadores menor porte no exercício atual e VCT = valor contratado total no exercício atual	
Índice de Inadimplência (até)	1,0%	0,4%	mensal	$II = SPV/SDT$ , onde SPV = saldo devedor das parcelas vencidas (Risco 100% BB) e SDT = saldo devedor total das operações de crédito (Risco 100% BB)	
Índice de Cobertura de Contratações no Exercício	100,0%	100,0%	mensal	$ICCE = MOC/MR$ , onde MOC = Municípios com operações contratadas e MR = Municípios da Região Centro-Oeste	
Índice de Operações com Novos Beneficiários	20,0%	25,6%	mensal	$ICNB = VCNB/VCT$ , onde VCNB = quantidade de operações com novos beneficiários e VCT = quantidade de operações contratadas total	
Índice de Contratações por UF	DF	15,0%	13,3%	mensal	$ICUF = VCUF/VCT$ , onde VCUF = valor contratado nas unidades federativas e VCT = valor contratado total
	GO	30,4%	33,9%	mensal	
	MT	30,4%	29,3%	mensal	
	MS	24,2%	23,5%	mensal	
Índice de Contratações por Setor	Rural	48,0%	53,8%	mensal	$ICS = VCS/VCT$ , onde VCS = valor contratado p/ setor (Empresarial ou Rural) e VCT = valor contratado total
	Empresarial	52,0%	46,2%	mensal	
Índice de Tempo Médio de Contratação	35 dias	34,9 dias	mensal	$ITM = TME/TMEA$ , onde TME = tempo médio de atendimento das propostas no exercício atual e TMEA = tempo médio de atendimento das propostas no exercício anterior	
Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (Municípios integrantes das microrregiões classificadas como de renda estagnada ou dinâmica)	56,1%	51,3%	mensal	$ICTM = VCTM/VCT$ , onde VCTM = valor contratado nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia PNDR como de renda estagnada ou dinâmica e VCT = valor contratado total	

Posição: 31.12.2015

Fonte: Caderno de Informações Gerenciais/Diretoria de Governo ( BB)

#### a) Índice de Aplicação (IA)

As contratações com recursos do FCO no Exercício de 2015 atingiram R\$ 5.274,5 milhões, 87,8% do montante dos recursos distribuídos no Exercício de 2015 para aplicação (R\$ 6.008,7 milhões).

#### b) Índice de Contratações com Menor Porte (ICMP)

As contratações com os segmentos de empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores atingiram o montante de R\$ 4.395,0 milhões. Considerando o total contratado na Região, de R\$ 5.274,5 milhões, o ICMP foi de 83,3%.





**c) Índice de Inadimplência (II)**

O índice de inadimplência das operações contratadas com risco exclusivo do Banco observado no final do Exercício de 2015, foi de 0,4%, inferior à meta estabelecida pelo Condell, de até 1,00%.

Para alcançar esse desempenho, o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

- intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento (CABB);
- utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;
- esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas.

**d) Índice de Cobertura das Contratações no Exercício (ICCE)**

No Exercício de 2015, 100,0% dos 467 municípios da Região Centro-Oeste, contaram com financiamentos com recursos do FCO para empreendimentos em seus territórios. Nesse ponto é importante salientar que a rede de atendimento do BB alcança todas as comunidades organizadas do Centro-Oeste, dispondo sempre de um ponto de atendimento próximo dos produtores rurais e dos empresários, onde estes podem apresentar as suas propostas de financiamento.

Ao disseminar o crédito pelas localidades mais carentes, conforme se observa pela quantidade de municípios alcançados em cada Unidade Federativa, o Banco do Brasil cumpre a missão de apoiar financeiramente as atividades dos pequenos empreendedores da Região, confirmando o FCO como importante fonte de recursos para a interiorização do desenvolvimento e dinamização da economia do Centro-Oeste, contribuindo para diminuir as desigualdades intra-regionais e elevar os indicadores sociais da região.

**e) Índice de Operações com Novos Beneficiários no Exercício Atual (ICNB)**

Do total de 52.900 operações contratadas no Exercício de 2015, 13.549 (25,6%) foram contratadas com novos beneficiários. As ações desenvolvidas pelo Banco, em conjunto com os governos federal e estaduais e com outros parceiros, buscam permanentemente incrementar o nível de contratação de operações, inclusive para novos beneficiários, atingindo, com destaque, a meta definida pelo Condell/Sudeco.

**f) Índice de Contratações por UF (ICUF)**

O Estado de GO liderou em volume de contratações com R\$ 1.788,8 milhões, equivalentes a 33,9% do montante observado na Região (R\$ 5.274,5 milhões), seguido por MT, com R\$ 1.545,4 milhões (29,3%); MS, com R\$ 1.237,4 milhões (23,5%); e DF com R\$ 702,9 milhões (13,3%).

O desempenho das contratações no Estado de Goiás decorreu das características rurais predominantes nas atividades econômicas do Estado, do aquecimento dos diversos setores econômicos, bem como das ações para dinamizar as aplicações dos recursos.

**g) Índice de Contratações por Setor (ICS)**

Do montante de R\$ 5.727,5 milhões, R\$ 2.840,3 milhões (53,8%) foram contratados com o setor rural e R\$ 2.434,2 milhões (46,2%), com o setor empresarial.

**h) Índice de Tempo Médio de Contratação (ITM)**

O tempo médio de contratação das operações de financiamentos com recursos do FCO ao final do Exercício de 2015 foi de 34,9 dias, dentro da meta estabelecida de 35 dias.



**i) Índice de Contratações por Tipologia dos Municípios (ICTM)**

As operações contratadas nos municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica atingiram 51,3% (R\$ 2.703,7 milhões) do total contratado no exercício, um pouco abaixo da meta estabelecida de 56,1%.



## 4 GOVERNANÇA

### 4.1 Descrição das estruturas de governança

Conforme o item 2.1 (Finalidade e Competência), a Administração do Fundo é realizada de forma conjunta pelo Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), Ministério da Integração Nacional (MI) e Banco do Brasil S.A. (BB).

No âmbito de Fundos e Programas, o Banco do Brasil atua em diferentes funções, segundo a previsão legal ou a relação contratual com os entes alocadores de recursos. No relacionamento com Fundos e Programas Federais, o Banco pode atuar como:

a) Agente Financeiro: na aplicação de recursos financeiros de Fundos e Programas Federais segundo as determinações do Alocador dos Recursos, com ou sem a assunção do risco de crédito; e

b) Administrador: exercendo as atividades de governança, orçamentárias, financeiras, contábeis e de prestação de contas aos Alocadores de Recursos, órgãos de controle e demais partes interessadas.

A estrutura de governança do Banco do Brasil utilizada para condução das atividades relacionadas aos fundos e programas em que o BB atua como Gestor, é a mesma Governança Corporativa dedicada para o Conglomerado BB, a qual se encontra alinhada aos princípios de governança corporativa do Novo Mercado<sup>1</sup>, do qual o BB passou a integrar desde 2006. Essa forma de gestão da organização visa garantir a transparência dos atos de gestão, a equidade no tratamento das partes interessadas, a prestação de contas, o cumprimento de leis e regulamentos, além da eficácia e eficiência operacional.

Fazem parte da Governança do BB a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e diversas diretorias/unidades segmentadas por áreas de especialidade, além de Auditoria Independente contratada para a avaliação dos demonstrativos contábeis e financeiros e a emissão de relatórios específicos.

A Diretoria de Governo (Digov), por meio de suas Gerências Executivas Fundos e Programas (Gefup) e Negócios com o Executivo Federal (Genef), é a responsável pela administração do FCO, apoiando-se nas premissas/orientações de várias áreas, como Diretoria de Contadoria (Coger), Diretoria Jurídica (Dijur), Diretoria de Controles Internos (Dicoi), Diretoria Segurança Institucional (Disin), Diretoria de Finanças (Difin) e Diretoria Mercado de Capitais e Infraestrutura (Dimec).

A integração da atuação das Diretorias proporciona sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma gestão de qualidade, aderente às características das operações do Banco e segregada em função da responsabilidade de cada área organizacional. Entre as responsabilidades da Digov/Gefup, no gerenciamento de Recursos dos Fundos e Programas, destacam-se: gerir os recursos captados de Fundos e Programas, acompanhar o desempenho do portfólio de Fundos e Programas e cumprir mecanismos que garantam a conformidade em relação à legislação, aos regulamentos externos e as políticas e normas internas.

A Auditoria Independente, por meio de contratos firmados com o BB, tem mantido o acompanhamento permanente sobre os Fundos e Programas. Nesse sentido, são realizados trabalhos

---

<sup>1</sup> segundo a nomenclatura da BM&F Bovespa, o conjunto das empresas que se encontram no mais avançado nível de governança corporativa



de auditoria de contas e emissão de pareceres, em atendimento às decisões normativas que regulam especificamente cada Fundo e Programa.

Cabe destacar o trabalho da Auditoria Interna do Banco, na avaliação independente dos fundos operados pelo BB e o Sistema de Controles Internos da Instituição que guarda consonância com a evolução das exigências regulatórias e está alinhado com as boas práticas de mercado, dispondo de instrumentos e procedimentos que permitem a detecção de eventuais falhas e fragilidades, bem como a adoção de medidas corretivas que possibilitam mitigar os riscos identificados.

Em observância aos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e aos arts. 19 e 20 da Lei n.º 7.827/89 e instruções específicas, o Banco do Brasil promove:

- a) a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI), vinculada à Controladoria Geral da União (CGU), Órgão da Presidência da República (PR);
- b) a remessa de relatório à SFCI/CGU/PR sobre as operações contratadas e a situação dos recursos;
- c) a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresa de auditoria independente;
- d) a apresentação de relatório semestral circunstanciado ao MI e Condel/Sudeco sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

O Fundo tem Plano Contábil próprio, criado com o objetivo de disciplinar os registros dos atos e fatos a ele inerentes. Os recursos e as aplicações são identificados em rubricas específicas do sistema contábil do Banco do Brasil.

Com a publicação da Portaria Interministerial MI/MF n.º 1C, de 15.01.2005, alterada pela Portaria Interministerial MI/MF n.º 11, de 28.12.2005, além da obrigatoriedade de elaborar a contabilidade do FCO de acordo com a Lei n.º 7.827/89 (prevê no art. 18 a adoção do sistema contábil da respectiva instituição financeira federal, ou seja, contabilidade comercial), o Banco passou a elaborar, também, a contabilidade do Fundo em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 (dispõe sobre a contabilidade pública), utilizando o SIAFI.

Além disso, o Relatório Circunstanciado das Atividades Desenvolvidas e os Resultados Obtidos acompanhado das Demonstrações Contábeis, devidamente auditadas, é encaminhado pelo Condel/Sudeco, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento, bem como à Comissão Mista Permanente, da Câmara dos Deputados e do Senado, para efeito de fiscalização e controle.

## **4.2 Gestão de riscos e controles internos**

A avaliação do sistema de controles internos encontra-se no Anexo 1.



## **5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

### **5.1 Canais de acesso ao cidadão**

A comunicação do Fundo com a sociedade é realizada por meio de diferentes canais, sendo os principais a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão do Banco do Brasil (SIC). Os órgãos estabelecem diálogo com os cidadãos por meio de divulgação, prestação de serviços de informações, registro de manifestações, sugestões, dúvidas e críticas, a partir de encaminhamentos e posteriores soluções de demandas, entre outras atividades.

Em 2014, foi aprovado o regulamento e a instalação da Ouvidoria do FCO (Resolução Condel/Sudeco n.º 27, de 25.03.2014) e a atribuição do encargo de Ouvidor do FCO ao Ouvidor da Sudeco (Resolução Condel/Sudeco n.º 26, de 25.03.2014).

Uma das principais competências da Ouvidoria do FCO é atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e aos procedimentos empregados na aplicação dos recursos do FCO.

As manifestações de ouvidoria podem ser formuladas via telefone (0800-610021); e-mail (ouvidoria.fco@sudeco.gov.br); atendimento presencial, das 08h às 12h e das 14h às 17h, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados; formulário eletrônico (<http://www.sudeco.gov.br/web/guest/fale-com-a-ouvidoria>); ou carta dirigida ao endereço Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco F, Ed. Palácio da Agricultura, 20º Andar, Brasília (DF), CEP 70.040-908.

Dentro da estrutura do BB, o SIC tem como objetivo assegurar o direito fundamental de acesso à informação sob a guarda do Estado a qualquer pessoa, física ou jurídica, considerando a publicidade como regra e o sigilo a exceção, nos termos da Lei 12.527 de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação), as consultas podem ser formuladas pelos seguintes canais:

- pelos telefones 4003-3440, para capitais e regiões metropolitanas, ou 0800-729-3440, para as demais localidades;
- [www.acessoinformacao.gov.br/sistema](http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema); e
- [www.bb.com.br/acessoinformacao](http://www.bb.com.br/acessoinformacao).

Com isso, a população da Região Centro-Oeste, passa a contar com canais diretos, ágeis e imparciais para pedidos de informações, reclamações, críticas, comentários, elogios e sugestões.

### **5.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

Em cumprimento à determinação expressa na Portaria CGU nº 262, de 30.08.2005, são divulgados no site do BB, no endereço abaixo, os Relatórios de Gestão e link da CGU para consulta as informações contidas nos processos de contas anuais:

<http://www.bb.com.br/portalbb/page100,110,4513,11,0,1,3.bb?codigoNoticia=1511&codigoMenu=668&codigoRet=951&bread=1 6 8>



## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 6.1 Desempenho financeiro no exercício

No Exercício de 2015, o FCO apropriou como receitas do Fundo o montante de R\$ 1.414,6 milhões, 7,6% superior ao ano de 2014 (R\$ 1.315,2 milhões) e executou como despesas do Fundo o montante de R\$ 1.452,2 milhões, com um aumento de 6,1% em relação ao exercício anterior (R\$ 1.369,1 milhões). Com isso, o FCO apresentou um déficit de R\$ 37,6 milhões ao final do Exercício de 2015. Em comparação com o exercício de 2014, houve uma melhora no resultado do Fundo na ordem de 30,2% em relação ao déficit apresentado ao final do exercício anterior (R\$ 53,9 milhões). Conforme Quadro a seguir:

Quadro 13 – Demonstração de Resultado do exercício

	(R\$ mil)	
	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>1.414.648</b>	<b>1.315.215</b>
Rendas de operações de crédito	1.317.397	1.244.838
Rendas sobre valores disponíveis	84.789	68.618
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	11.951	--
Receita de atualização monetária	511	1.759
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.452.242)</b>	<b>(1.369.074)</b>
<b>Despesas de Provisões</b>	<b>(190.748)</b>	<b>(302.517)</b>
Provisão para rebates sobre encargos	(46.646)	(36.982)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	--	(116.292)
Provisão para bônus de adimplência	(139.973)	(140.862)
Provisão para dispensa de correção monetária	(4.129)	(8.381)
<b>Despesas efetivas</b>	<b>--</b>	<b>(31.321)</b>
Remissões de operações de crédito	--	(31.321)
<b>OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(1.261.494)</b>	<b>(1.035.236)</b>
Despesas com taxa de administração	(8.077)	(618)
Despesas com del credere	(1.242.842)	(1.034.038)
Del Credere - operações de repasses	(8.982)	(547)
Outras despesas	(1.593)	(33)
<b>SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(37.594)</b>	<b>(53.859)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		
	Exercício/2015	Exercício/2014
<b>SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(37.594)</b>	<b>(53.859)</b>
Outros resultados abrangentes	--	--
<b>TOTAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(37.594)</b>	<b>(53.859)</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015

O FCO registrou no período em análise, receitas provenientes de rendas das operações de crédito o montante de R\$ 1.317,4 milhões, que respondeu por 93,1% do total das receitas operacionais do exercício.



A título de *del credere* do agente financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o FCO registrou no Exercício de 2015 o valor de R\$ 1.251,8 milhões que respondeu por 99,2% do total de despesas operacionais do exercício.

Em 31.12.2015, o Patrimônio Líquido (PL) do FCO atingiu o montante de R\$ 22.600,8 milhões, apresentando um incremento de 10,2% em relação ao ano anterior (R\$ 20.506,8 milhões). O patrimônio do Fundo compõe-se das transferências de exercícios anteriores (R\$ 18.271,1 milhões), do resultado acumulado (R\$ 2.198,1 milhões) e das transferências do Exercício de 2015 (R\$ 2.131,6 milhões).

## 6.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas encontram-se no Anexo 2.

## 6.3 Evidenciação do *del-credere* das demonstrações contábeis

A título de *del-credere* do Agente Financeiro, em função do risco de crédito assumido nas operações, o BB auferiu no Exercício de 2015 o valor de R\$ 1.251,8 milhões. A cobrança do *del credere* está regulamentada no § 4º inciso II do art. 9º-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989.

## 6.4 Notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/64 e 6.404/76)

As notas explicativas de conciliações dos regimes contábeis adotados (Lei 4.320/64 e 6.404/76) encontram-se no Anexo 3.

## 6.5 Informações sobre as operações de financiamento

O Quadro a seguir apresenta o saldo da carteira de operações do FCO, em 31.12.2015, distribuída por Programa e Unidade Federativa.

Quadro 14 – Saldos por programa e UF

	(R\$ mil)				
Programas	DF	GO	MS	MT	Total
<b>Empresarial</b>	<b>1.532.365</b>	<b>2.930.626</b>	<b>1.980.946</b>	<b>2.402.330</b>	<b>8.846.267</b>
Industrial	188.579	1.427.781	891.881	782.133	3.290.373
Infraestrutura	85.662	396.202	93.883	524.122	1.099.869
Turismo	263.206	260.563	176.525	238.046	938.340
Comercio e Serviços	994.919	846.081	818.657	858.028	3.517.685
<b>Rural</b>	<b>635.426</b>	<b>4.633.873</b>	<b>3.558.167</b>	<b>4.686.658</b>	<b>13.514.124</b>
Prona-RA e Pronaf Demais	54.512	1.034.637	411.799	1.523.597	3.024.545
Demais Rurais	580.914	3.599.235	3.146.368	3.163.061	10.489.579
<b>Total Geral</b>	<b>2.167.791</b>	<b>7.564.499</b>	<b>5.539.113</b>	<b>7.088.988</b>	<b>22.360.391</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Os saldos das operações rurais, no montante R\$ 13.514,1 milhões, correspondem a 60,4% da carteira de financiamentos do FCO. A carteira do setor empresarial apresenta o montante de R\$ 8.846,3 milhões, equivalente a 39,6% do total dos financiamentos do Fundo. No Programa de FCO Empresarial, a Linha de Financiamento de Comércio e Serviços destaca-se com saldo de R\$ 3.517,7





## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

milhões aplicados, enquanto no Programa de FCO Rural, as demais linhas de financiamentos rurais encerraram o Exercício de 2015 com R\$ 10.489,6 milhões aplicados.

A distribuição da carteira de financiamentos do FCO, em relação ao porte dos beneficiários, está demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 15 – Saldos por porte e UF

Porte	(R\$ mil)					
	DF	GO	MS	MT	Região	%
Grande	298.185	1.920.380	1.443.162	1.669.094	5.330.822	23,8
Médio	337.250	1.038.039	700.746	1.088.110	3.164.145	14,2
Pequeno-médio	387.316	632.625	838.128	718.098	2.576.167	11,5
Pequeno	1.031.100	3.025.085	2.122.075	2.945.691	9.123.950	40,8
Mini/Micro	112.946	947.443	433.862	667.834	2.162.085	9,7
EI	994	926	1.140	161	3.221	0,0
<b>Total</b>	<b>2.167.791</b>	<b>7.564.499</b>	<b>5.539.113</b>	<b>7.088.988</b>	<b>22.360.391</b>	<b>100,0</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Em 2015, os negócios com os tomadores de grande e médio porte respondem por 38,0% dos saldos da carteira (R\$ 8.495,0 milhões) e os financiamentos com os tomadores de menor porte respondem por 62,0% (R\$ 13.865,4 milhões).

Com a edição da MP n.º 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco dos financiamentos contratados até 30.11.1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, o *del credere* do Agente Financeiro ficou reduzido a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de financiamento em seu nome próprio e com risco exclusivo, com *del credere* limitado a 6% ao ano.

Em decorrência daquele dispositivo legal, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar os seguintes grupamentos de riscos diferentes, a saber: operações contratadas até 30.11.1998 com risco 100% FCO; operações contratadas entre 01.12.1998 e 30.06.2001 com risco compartilhado (50% FCO e 50% BB); operações contratadas a partir de 01.07.2001 com risco 100% BB, incluindo também as operações de repasse para outras Instituições Operadoras; e operações contratadas ao amparo do Programa Papra com risco 100% Procera.

A Lei n.º 13.001 de 20.06.2014, em seu parágrafo 4º do Artigo 8º, transferiu o risco de operações de crédito rural do Procera para o FCO, quando contratadas com risco desse Fundo.

O Quadro a seguir apresenta o resumo da classificação da carteira por modalidade de risco no Exercício de 2015, na qual se observa que quase a totalidade da carteira de financiamentos do FCO foi contratada com risco integral do BB:

Quadro 16 – Carteira por risco de crédito

Detentor do Risco	(R\$ mil)	
	Saldo da Carteira	Participação (%)
Banco do Brasil	21.961.073	98,2
Compartilhado	4.420	0,0
FCO	394.897	1,8
<b>Total</b>	<b>22.360.391</b>	<b>100,0</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil





### 6.5.1 Índices de Inadimplência

A inadimplência (relação entre as parcelas dos financiamentos em atraso e o saldo da carteira total) observada ao final do Exercício de 2015 foi de 0,4%, reduzindo em 6,8% o percentual observado no exercício anterior (0,5%).

Os Quadros a seguir apresentam os saldos das operações, segregados em vencidas e vincendas ao final do exercício, por UF, programa e risco:

Quadro 17 – Saldos vincendos e vencidos

(R\$ mil)

Situação	DF	%	GO	%	MS	%	MT	%	Total	%
Vincendo	2.153.267	99,3%	7.535.730	99,6%	5.520.977	99,7%	7.054.872	99,5%	22.264.846	99,6%
Vencido	14.524	0,7%	28.768	0,4%	18.136	0,3%	34.116	0,5%	95.544	0,4%
<b>Total</b>	<b>2.167.791</b>	<b>100%</b>	<b>7.564.499</b>	<b>100%</b>	<b>5.539.113</b>	<b>100%</b>	<b>7.088.988</b>	<b>100%</b>	<b>22.360.391</b>	<b>100%</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Proporcionalmente aos valores financiados em cada UF, o DF e o MT registraram os maiores percentuais de parcelas em atraso, 0,7% e 0,5%, respectivamente. O Estado de MS, com 0,3% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.

Quadro 18 – Saldos vincendos e vencidos por Programas

(R\$ mil)

Programas	Saldo da Carteira			%
	Vincendas	Com Parcelas Vencidas	Total	Vencidas
<b>Empresarial</b>	<b>8.809.507</b>	<b>36.759</b>	<b>8.846.267</b>	<b>0,4</b>
Industrial	3.272.566	17.807	3.290.373	0,5
Infraestrutura Econômica	1.099.430	439	1.099.869	0,0
Turismo	934.078	4.262	938.340	0,5
Comércio Serviços	3.503.433	14.251	3.517.685	0,4
<b>Rural</b>	<b>13.455.339</b>	<b>58.785</b>	<b>13.514.124</b>	<b>0,4</b>
Pronaf RA	221.945	6.216	228.161	2,7
Pronaf Demais	2.783.954	12.439	2.796.393	0,4
Demais Rurais	10.449.440	40.130	10.489.570	0,4
<b>Total Geral</b>	<b>22.264.846</b>	<b>95.544</b>	<b>22.360.391</b>	<b>0,4</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

Em relação aos Programas de Financiamento, proporcionalmente aos valores financiados a Linha do Pronaf RA registrou o maior percentual de parcelas em atraso, 2,7%. Já a Linha de Infraestrutura Econômica com 0,04% de parcelas vencidas, apresentou a menor proporção de saldos em atraso.



Quadro 19 – Inadimplência por Risco (por parcelas)

(R\$ mil)

Risco de crédito	Vincendo	Vencido	Total	(%) Atraso
Risco BB	21.877.650	83.423	21.961.073	0,4
Risco FCO	382.872	12.025	394.897	3,0
Risco Compartilhado	4.325	96	4.420	2,2
<b>Total</b>	<b>22.264.846</b>	<b>95.544</b>	<b>22.360.391</b>	<b>0,4</b>

Posição: 31.12.2015

Fonte: Sistema GPO do Banco do Brasil

A carteira com o maior índice de atraso (Risco 100% do FCO), além de representar apenas 1,8% do total da carteira de financiamentos do FCO, é composta, em sua maioria, por estoque de operações remanescentes, não apresentando novas contratações, a exceção do Pronaf RA.

Cabe destacar que o BB conta com sua Diretoria de Reestruturação de Ativos Operacionais, responsável pelas estratégias de cobrança e recuperação de crédito da Instituição, atuando permanentemente para evitar o crescimento do índice de inadimplência das operações realizadas, além de desenvolver ações para reduzir os índices observados, sendo utilizadas estratégias como as seguintes:

- intensificação da cobrança de dívidas de menor valor pela Central de Atendimento (CABB);
- utilização pelas Agências de ferramenta de identificação e gerenciamento do atraso por cliente;
- esforço adicional na utilização de empresas de cobrança terceirizadas;
- renegociações de dívidas.

### 6.5.2 Renegociação de dívidas

De acordo com a Programação do FCO para 2014, o Banco poderá aplicar, caso a caso, a prerrogativa de reprogramação de dívida no âmbito do FCO Empresarial, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove a incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldades de produção e/ou comercialização dos seus produtos e/ou serviços, decorrente de fatores alheios à sua gestão.

No Exercício de 2015, no âmbito do FCO Empresarial, foram reprogramadas o total de R\$ 7,2 milhões em operações (R\$ 79,1 milhões em 2014).

Já em relação as operações de FCO Rural, nos termos do Manual de Crédito Rural (MCR), capítulo 2, sessão 6, o Banco poderá aplicar a prerrogativa de prorrogação de dívida no âmbito do FCO Rural, com os mesmos encargos financeiros antes pactuados no instrumento de crédito, desde que se comprove incapacidade de pagamento do mutuário em consequência de dificuldade de comercialização dos produtos; de frustração de safras por fatores adversos; ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações.

Nessas condições, no Exercício de 2015 foram prorrogados R\$ 72,1 milhões em operações frente à R\$ 29,5 milhões em 2014.

Neste montante, estão inseridas as operações renegociadas com base nas Resoluções CMN nº 4.028 e nº 4.030, de 18.11.2011, que autorizaram a composição de dívidas e a renegociação de operações de crédito rural, no âmbito do Pronaf, e que atingiram um total de R\$ 46,6 milhões em créditos renegociados no exercício.



## **7 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO**

### **7.1 Gestão de pessoas**

Conforme item 2.3 deste Relatório, o Fundo não possui quadro próprio de servidores e se utiliza da força de trabalho dos Administradores do Fundo para execução de suas atividades, observado as atribuições de cada ente previstas na Legislação.

### **7.2 Gestão da tecnologia da informação**

Dentro da definição de Gestão da Tecnologia da Informação como sendo, o conjunto de atividades, projetos e metodologias criadas com recursos de computação ou não com a finalidade de alinhar a Tecnologia da Informação (TI) às estratégias do negócio, o Fundo utiliza-se da estrutura de TI do conglomerado BB.

Nesse sentido, o controle dos recursos, a condução das operações de financiamento, a prestação de contas e demais processos necessários à Administração do Fundo são apoiados nos sistemas corporativos do Banco do Brasil, cuja manutenção, avaliação dos riscos de continuidade, disponibilidade e definição das medidas de mitigação, seguem as regras e os critérios estabelecidos pelo BB.



## 8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Durante o Exercício de 2015 não recebemos deliberações do TCU em acórdãos do exercício de referência, bem como não houve determinações ou recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores que estejam pendentes de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização do relatório de gestão.

### 8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

O Banco do Brasil em atendimento à Portaria CGU nº 650/2014, por meio do Ofício Digov nº 2014/02902, de 30.12.2014, encaminhou à CGU o Plano de Providências Permanente (PPP) para tratamento das recomendações do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201407549 referente a Prestação de Contas do exercício de 2013.

Em março de 2015 a CGU efetuou a revisão do PPP e concluiu que em relação as três constatações, todas provenientes do Relatório de Auditoria nº 201407549, duas foram consideradas atendidas devido às providências adotadas pelo gestor (item 1.2.2.1 e 2.1.3.1 do Relatório de Auditoria ) e uma foi prorrogada a fim de se verificar oportunamente a implementação da mesma (item 1.2.1.1 do Relatório de Auditoria).

O Quadro a seguir, demonstra a situação da recomendação do órgão de controle interno que permanece pendente de atendimento no exercício:

Quadro 20 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201407549	1.2.1.1	Of. nº 31.787/2014/DIINT/DI/SFC/CGU-PR de 28.11.2014
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
BANCO DO BRASIL			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Adotar providências com vistas a assegurar a alimentação do Sistema SIAFI com as devidas informações sobre os agentes responsáveis e seus substitutos que atuaram ao longo do exercício, conforme as responsabilidades definidas no Artigo 10 da IN/TCU 63/2010.			
Providências Adotadas			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
Diretoria de Governo			Não se aplica



**Justificativa para o seu não Cumprimento**

O Banco do Brasil adotará providências com vistas a assegurar a correta alimentação do Rol de Responsáveis no Sistema SIAFI, incluindo os procedimentos em seus normativos internos (IN), bem como atuando de forma segregada com mais de um funcionário, de forma que haja várias camadas de validação das informações.

**Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**

Conforme Plano de Providência Permanente o prazo para cumprimento da recomendação está previsto para 31/07/2016.



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015  
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE FCO

## **ANEXO 1**

### **Avaliação dos Controles Internos**



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015  
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE FCO

## **ANEXO 2**

**Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº  
4.320/64 e notas explicativas**



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015  
FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE FCO

## **ANEXO 3**

Notas Explicativas de Conciliação dos Regimes  
Contábeis adotados (Lei nº 4320/64 e 6.404/76)



**NOTAS EXPLICATIVAS CONCILIATÓRIAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

A Portaria Interministerial MF/MI n.º 1-C, de 15 de Janeiro de 2005, alterada para Portaria Interministerial MF/MI n.º 11, de 28 de dezembro de 2005, estabeleceu normas para estruturação e padronização dos balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Norte (FNO) e do Nordeste (FNE).

O Art. 2º da referida Portaria determina a obrigatoriedade de registro no SIAFI antes do fechamento de cada mês, pelo banco administrador de cada Fundo, da execução financeira, orçamentária e patrimonial, na modalidade total. Tendo em vista que o fechamento do balancete mensal das instituições financeiras, ocorre no início do mês subsequente ao de referência, não é possível o registro no SIAFI no prazo estabelecido na Portaria.

Diante dessa incompatibilidade de datas os saldos constantes do Balanço Patrimonial do FCO, extraídos do SIAFI em 31.12.2015, apresentam as diferenças em relação ao Balanço Patrimonial elaborado na forma da Lei nº 6.404/76.

Além disso, por conta de mudança nos processos de controle dos recursos do FCO, alguns lançamentos de ajustes dos meses de outubro, novembro e dezembro/2015, ainda não foram realizados. Com efeito, seguem abaixo os valores dos ajustes que deverão ser realizados em 2016:

	SIAFI (a)	Lei 6.404/76 (b)	Diferença (b-a)
<b>Ativo</b>			
<b>Caixa e Equivalente de Caixa (Disponibilidade)</b>	<b>1.067.147.431,94</b>	<b>486.677.176,48</b>	<b>-580.470.255,46</b>
<b>Empréstimos e Financiamentos Concedidos</b>	<b>21.969.403.959,22</b>	<b>22.553.327.685,16</b>	<b>583.923.725,94</b>
Financiamentos Concedidos a receber	21.964.684.353,41	22.372.867.802,38	408.183.448,97
Encargos s/ Empréstimos Concedidos a receber	4.719.605,81	180.459.882,78	175.740.276,97
<b>(-) Ajustes para Perdas</b>	<b>-470.023.956,70</b>	<b>-423.992.488,35</b>	<b>46.031.468,35</b>
Provisão p/ Rebates sobre encargos		-79.741.328,99	
Provisão p/ Bônus de adimplência		-230.532.462,84	
Provisão p/ Dispensa Correção Monetária		-88.316.065,90	
Provisão p/ Crédito de Liquidação duvidosa		-25.402.630,63	
<b>Passivo</b>			
<b>Créditos Diversos</b>		<b>15.385.685,11</b>	<b>15.385.685,11</b>
Remuneração do Administrador a pagar		1.061.513,69	1.061.513,69
Del Credere a pagar (Operações do Repasse)		198.012,23	198.012,23
Auditoria Independente a pagar		15.859,13	15.859,13
Rebates indevidos contra o Procerá		10.428.885,00	10.428.885,00
Rebates a ressarcir Resolução CMN 4.299		3.681.415,06	3.681.415,06
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>22.566.527.434,46</b>	<b>22.600.774.939,53</b>	<b>34.247.565,54</b>

A diferença registrada na conta de Disponibilidade, no montante negativo de R\$ 580.470.255,46, decorre de eventos cujos valores definitivos foram apurados após a data de fechamento do Sistema SIAFI e serão lançados no ano de 2016, nos valores a seguir:

Pagamento Del Credere	-417.141.361,10
Pagamento de Remuneração Pronaf (adm/performance)	-1.773.894,45
Devolução de Taxa de Administração	19.508.908,56
Remuneração da Disponibilidade	31.598.384,23
Perdas de risco do BB	65.797.399,93



Recuperação de risco do BB	-7.294.227,12
Pagamento de Auditoria Independente	-8.810,64
Retorno de Operações	1.181.047.757,85
Desembolso de Operações	-1.443.675.110,03
Del Credere pago a maior	15.657.509,29
Ressarcimento de Bônus e Rebate	-35.365.692,37
Ressarcimento de Bônus pago a maior	11.178.875,88
<b>Total Lançamentos</b>	<b>-580.470.259,96</b>

A diferença registrada na conta de Empréstimos e Financiamentos Concedidos, no montante de R\$ 583.923.725,94, decorre de eventos cujos valores definitivos foram apurados após a data de fechamento do Sistema SIAFI e serão lançados no ano de 2016, nos valores a seguir:

Concessão de Bônus	-39.394.614,32
Concessão de Bônus Ressarcimento	35.365.692,37
Desembolso de Operações	1.443.675.110,03
Concessão de rebate	-13.684.079,39
Concessão de rebate (4.299)	3.297.847,39
Concessão Dispensa de Correção Monetária	-4.574.184,59
Perdas de risco do BB	-65.797.399,93
Perdas de risco do FCO	-7.191.440,36
Recuperação de risco do BB	7.294.227,12
Recuperação de risco do FCO	7.549.063,47
Retorno de Operações	-1.181.047.757,85
Rendas Operações de Crédito	234.556.691,64
Concessão de bônus a maior	-11.178.875,88
Perdas de risco do FCO estorno	-45.146,56
Encargos a Capitalizar de Dez estorno	-641.682,26
Encargos a Capitalizar	236.615.733,62
Rendas a Apropriar	-60.875.456,66
<b>Total Lançamentos</b>	<b>583.923.727,84</b>

O Título Ajustes para Perdas apresentou diferença de R\$ 46.031.468,35, em função de eventos cujos valores definitivos forma apurados posteriormente ao fechamento do Sistema SIAFI e serão lançados no ano de 2016, nos valores a seguir:

Concessão de Bônus	-39.394.614,32
Concessão de Rebate	-13.684.079,39
Concessão de Dispensa de Correção Monetária	-4.574.184,63
Constituição de Provisão de Bônus de Adimplência	22.719.230,35
Constituição de Provisão de Rebate	33.131.510,73
Reversão de Constituição Provisão de Disp. de Cor. Monetária	-5.196.319,52
Perdas de risco do FCO	-7.191.440,39
Reversão de Constituição de PCLD	-22.586.436,29
Rebates debitados indevidamente contra o Procerá	-9.255.134,89
<b>Total Lançamentos</b>	<b>-46.031.468,35</b>



## Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Existem ainda, obrigações do Fundo que foram contabilizadas no Balanço Patrimonial elaborado na forma da Lei nº 6.404/76, que não estão registradas no SIAFI, conforme segue:

Remuneração do Administrador a pagar	1.061.513,69
Del Credere a pagar (Operações do Repasse)	198.012,23
Auditoria Independente a pagar	15.859,13
Rebates indevidos contra o Procerá	10.428.885,00
Rebates a ressarcir Resolução CMN 4.299	3.681.415,06
<b>Total Lançamentos</b>	<b>15.385.685,11</b>

Lidianny Martins Mourão Dantas  
Contadora Responsável